



O ENSINO E APRENDIZAGEM NA ESCOLA NOSSA SENHORA APARECIDA, NA COMUNIDADE QUILOMBOLA CHUMBO EM POCONÉ-MT, DESAFIANDO HÁBITOS E COSTUMES NA PANDEMIA DA COVID-19

Benedita Rosa da Costa (PPGE-UFMT)- beneditarosa.costa@gmail.com

GT 15 – Relações Raciais e Educação

Resumo:

Este relato tem por objetivo trazer um pouco da minha experiência como coordenadora pedagógica na escola municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na comunidade remanescente de quilombo Chumbo, no município de Poconé-MT, no ano de 2020. Nesse ano, começamos o ano letivo e, por causa da pandemia da COVID-19, no mês de março tivemos que parar. Eu estava coordenadora pedagógica no período da manhã e tivemos que nos adequarmos a realidade. Até então, a escola atende, também estudantes de outras comunidades como de comunidades tradicionais de bases, assentamentos, sítios e fazendas e continuava funcionando com os estudantes. O relato inicia-se com a introdução, continua com a travessia escolar em 2020 e finaliza com as considerações finais. Algumas legislações como a Constituição Federal e a Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica foram analisadas. Teórico como Gomes (2006) foram estudados para fundamentar.

Palavras-chave: Quilombo. Educação. Covid-19.

1 Introdução

Este relato tem por objetivo trazer um pouco da minha experiência como coordenadora pedagógica na escola municipal Nossa Senhora Aparecida, localizada na comunidade remanescente de quilombo Chumbo, no município de Poconé-MT, no ano de 2020. Nesse ano, começamos o ano letivo e, por causa da pandemia da COVID-19, no mês de março tivemos que parar.

Eu estava coordenadora pedagógica no período da manhã e tivemos que nos adequarmos a realidade. Até então, a escola atende, também estudantes de outras comunidades como de comunidades de tradicionais de bases, assentamentos, sítios e fazendas e continuava funcionando com os estudantes.

Eu vivi momentos difíceis na educação, por isso, este relato, tem o objetivo de socializar a falta de investimento, da parte do poder público, na educação, para atender os estudantes nas suas localidades. Apontar a complexidade e o desafio de um novo tempo que iniciava.

Era um problema de saúde pública e da falta de atendimento, com qualidade, aos estudantes. Esperava-se soluções, urgentes e de emergências, da parte do poder público, que, infelizmente, pouco fez.

2 A travessia escolar em 2020

A escola municipal Nossa Senhora Aparecida está localizada na comunidade remanescente de quilombo Chumbo, no município de Poconé-MT. Porém, ela não atende somente estudantes da comunidade. Ela atende, também, estudantes de outras comunidades quilombolas, não quilombolas, dos assentamentos, das comunidades de bases, dos sítios, das chácaras e das fazendas que estão em seu entorno.

Desse modo, a travessia do ano letivo escolar de 2020 foi inovador e desafiador tanto para a escola quanto para a comunidade escolar. O rádio e a televisão já noticiavam sobre o Novo Coronavírus como um vírus letal. Mostravam e apontavam alguns casos, inicialmente, surgido na China no ano de 2019 e evidenciando alguns sintomas causados pelo vírus. Os médicos infectologistas e sanitaristas orientavam sobre os cuidados que a população humana deveria e, ainda deve ter para não contaminar-se.

Naquele momento, sem remédios para o tratamento, cura e prevenção, a organização mundial de saúde falava da gravíssima situação de saúde pública, pela qual, o mundo começava a passar e orientava sobre os usos de máscara, álcool gel ou 70. Como orientativo, também, falava para não tocar a boca, olhos, nariz e recomendava-se que deveria lavá-los com água e sabão. A higienização foi e continua sendo do corpo todo. Ainda, recomendou-se que a população humana deveria ficar em casa isolada.

Governadores e prefeitos, urgentemente, baixaram decretos determinando fechamento de comércios, escolas, universidades, bares, lanchonetes e outros espaços públicos e privados para não ter aglomeração e evitar a contaminação. No decreto dizia também que sair de casa, seria apenas para realizar atividades essenciais.

Sem medicamentos e vacina para conter a fúria do Novo Coronavírus, o vírus agressivo foi tomando força, descontroladamente, foi disseminando em alguns países com potência para adoecer o mundo e infelizmente o mundo ficou doente. O mundo vive a pandemia que foi denominada como COVID-19.

Na escola municipal Nossa Senhora Aparecida, mudamos hábitos, costumes, crenças e tradições para o ensino e aprendizagem. No início da pandemia da COVID-19

no Brasil, nós começamos o ano letivo em sala, ainda, sem cumprir os protocolos de segurança. Eu comecei a receber bilhetes de alguns pais que diziam preocupados com a pandemia da COVID-19 e perguntavam quando a escola iria parar porque o vírus já tinha chegado no Brasil, isso deixava eles preocupados. Quando foi no mês de março, o gestor municipal baixou o decreto determinando o fechamento, não só das unidades escolares, mas, também de outros estabelecimentos públicos e privados. Depois disso, nós ficamos em casa.

Após várias reuniões da secretaria municipal de educação com os profissionais, foi encaminhado que os profissionais voltariam para atender os estudantes com materiais apostilados. Com o passar dos meses, nós retornamos para planejarmos e organizarmos as atividades em apostilas para serem entregues aos estudantes.

A escola não dispunha de todos os professores para atender os estudantes porque “os professores contratados foram distratados por causa de erro no edital de contagem de pontos”. Alguns inscritos denunciaram no ministério público e foi determinada pela comarca de Poconé-MT que deveria parar. Esse fato contribuiu com esvaziamento profissional da escola, então, foi trabalhoso para mim, como coordenadora pedagógica, porque também ajudei a preparar as atividades.

Contrariando a Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, o disposto no “Art. 2º Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e aos sistemas de ensino garantir:

I) apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas;

II) recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas”.

Começa uma dificuldade na interação, na comunicação, na socialização com os responsáveis e com os estudantes. Naquele momento, percebi o terror, o pavor e medo no rosto de todos nós. Sentimentos que permanecem até hoje.

As apostilas foram entregues. A minoria dos pais foram pegar na escola. Dos pais que pegavam, poucos devolviam as atividades. Muitos pais reclamavam que não tinham condições de acompanhar os filhos nas atividades porque não eram escolarizados, alguns estudantes não tinham quem o ensinasse em casa, diziam os pais. Falavam que não tinham internet para fazerem pesquisas, não tinham telefone digital. Apontavam a

comunidade que moravam como longe da escola, longe da cidade e, de tão longe, não tinha o sinal de telefone frequentemente, assim, o sinal é ruim nas localidades.

Tratando-se de comunidades quilombolas, “a localização geográfica foi fator fundamental para a sobrevivência e autonomia das comunidades de escravos, na maioria das regiões onde elas se estabeleceram no Brasil... Não só em relação à constituição de economias, ecossistemas e territorialidades, mas também nos permanentes embates contra as expedições punitivas. A maior parte das comunidades de fugitivos, sempre que possível, se estabeleceu em local não totalmente isolados das áreas de cultivos, fossem exportadoras ou não, e dos pequenos centros de comércios e entrepostos mercantis circunvizinhos” (GOMES, 2006, p.38).

Eu como coordenadora, escutava as reclamações, eu reconhecia as dificuldades porque também é uma realidade vivida pela minha comunidade quilombola Tanque do Padre Pinhal, localizada na zona rural do município de Poconé-MT. Eu compreendia que a pandemia trouxe consequência gravíssima para a educação.

Diante dos fatos, eu não poderia fazer nada sobre o processo de atendimento. Porque os problemas apontados pelos pais são de responsabilidade do poder público para resolver. O poder público é falho, pois, não dar condições de comunicação digital para as comunidades rurais no município de Poconé-MT. Então eu percebi que era um problema que não estava à minha obrigação e dever resolvê-lo.

Mas, eu conversava com os pais de que a situação que estávamos vivendo no momento passaria. Eu falava ainda que a presença dos pais na escola é interessante, importante e relevante para a educação. Naquele momento, eles deveriam continuar pegando as atividades na escola mesmo sem as mínimas condições de qualidade no atendimento e no ensino dos estudantes.

Alguns pais, compraram celular, notebook e instalaram internet na sua residência para garantir a oportunidade e o acesso do seu filho estudar. Porém, a maioria, não tiveram tais condições. Não teve um atendimento diferenciado para os estudantes. Os estudantes e seus pais não foram escutados quando foi pensada, estudada e definida a proposta de atendimento. A secretaria municipal decidiu como seria a forma de atendimento para os estudantes, mas, não providenciou para que esse ensino pudesse ser acessível a todos, como garantia de seu direito.

Assim, o Art. 205 da Constituição Federal do Brasil que traz, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo

para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, nesse contexto educacional da escola Nossa Senhora Aparecida, foi frágil a sua implementação.

Os desempenhos dos estudantes foram baixíssimos e péssimos. Pouquíssimos pais foram a unidade escolar pegar as apostilas. Fizemos relatórios sobre o desenvolvimento das atividades pelos estudantes, sobre a qualidade do ensino e aprendizagem, sobre as condições de estudos dos estudantes, sobre a condição de trabalho dos profissionais da educação. Tais relatórios, estão na escola.

3 Considerações finais

Os profissionais da educação escolar quilombola esperava-se que o poder público sensibilizasse com a população humana do campo e, aqui, eu menciono, aos estudantes. O poder público deveria viabilizar torres de telefonia nas regiões rurais para facilitar o acesso aos sinais e a internet e, portanto, não fez.

A secretaria municipal de educação deveria fazer levantamento dos estudantes que não estavam acessando a escola e dos estudantes que acessaram a escola e, no entanto, não fez. Não foi criada políticas públicas para atendimento emergencial dos estudantes do campo e no campo. Nem um aparelho com celular e notebook foram entregues aos estudantes carentes para que eles pudessem estudar porque o gestor municipal não criou política pública para dar condição da oferta na educação.

Percebe-se que os estudantes vivem o abandono da parte do poder público porque, até agora, não tem condições de estudarem no modelo digital. Esse abandono não refere somente aos estudantes, mas, também, aos moradores camponeses.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02/12/2016.

BRASIL. **Ministério da Educação**: Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Brasília: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em: Dezembro de 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. **Histórias de Quilombolas**: Mocambos e comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, Séc XIX/ Flávio dos Santos Gomes. Ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.